



**casadesarmiento**

centro de estudos do património

# Sobre as antigas cidades da Ibéria

## — Estudo

Francisco Martins Sarmiento

Museu Ilustrado, Porto, 1879 — vol. XI, págs. 20 e 30

É natural que a muitas ruínas de povoações, que não faltam pelos cumes dos nossos montes, possam e devam ser aplicadas, em parte, observações análogas às que o célebre autor da *História Romana* (Mommsen, I, pág. 52) applicava às “cidades desertas” e “recintos murados” da Itália, que uns crêem obra dos aborígenes, outros dos pelasgos, mas que em todo o caso têm uma origem remotíssima, e atravessaram as revoluções dos séculos, para virem ainda hoje desafiar a curiosidade dos arqueólogos.

Quer-nos parecer, porém, que estas observações não acharão entre nós muitos aderentes, ou porque se atribua ao tempo uma acção mais destruidora do que ele tem realmente, ou porque se entenda que as velhas cidades ibéricas foram de tal sorte transformadas pela influência romana, que nenhum vestígio lhes ficou da sua fisionomia primitiva. O explorador que revolver tais ruínas poderá ajuntar algum objecto mais à colecção das antiguidades romanas; mas perde o seu tempo se cuida encontrar aí qualquer subsídio para o estudo da civilização dos povos de que descendemos.

Pondo de parte a voracidade do tempo, que as descobertas pré-históricas não permitem hoje que se exagere, parece-nos que todos os outros argumentos, com pretensão a serem deduzidos do ensino da história antiga, em vez de encontrarem nela um apoio,

encontrarão um desmentido.

O que nos diz a história antiga é isto:

A conquista da Espanha começa com Amílcar Barca e acaba com Augusto. Quem fala numa -conquista de Espanha pelos cartagineses parece ignorar que esta pretendida conquista não é mais que o primeiro acto dum longo drama, que muda logo de actores, e só termina com o último combate dos Astures. E ver que a atitude do espanhol em face do cartaginês e do romano é sempre a mesma; e, se o conquistador romano, para domar a Espanha, tem de pôr à prova a sua vontade de ferro, por mais de dois séculos, e à custa de sanguinolentas derrotas, o invasor púnico na sua tentativa de poucos anos pouco podia conseguir, ou nada, sendo certo que não sofreu menores desastres. Amílcar morre numa refrega contra os espanhóis; Asdrúbal, que lhe sucede, não tem melhor fim; Aníbal anda sempre em guerra com os Vacceus, Carpetanos, Saguntinos, etc., e no seu afã de ferir Roma no coração deixa a Espanha, pouco mais ou menos, como a encontrara seu pai.

Isto é evidente na segunda guerra púnica, em que a Espanha, um dos teatros da luta, nem é cartaginesa, nem romana. Por motivos perfeitamente interesseiros o espanhol bate-se nas fileiras dos cartagineses e dos romanos, saltando dumas para outras, quando e como lhe dá na vontade, e sempre requestado pelos dois encarniçados rivais, que com a deserção de tais auxiliares não têm a esperar senão a sorte dos dois Cipiões, de Asdrúbal Giscon, etc. (Liv. XXV, 22-6; XXVIII, 15).

Expulsos os cartagineses da Espanha, cuida Roma que tem na mão toda a península (Liv. XXVIII, 19), graças principalmente à boa estrela e artimanhas de Cipião, o Grande; mas pouco depois da retirada deste, os romanos com uma ingenuidade, que é uma revelação, como que se admiram que a Espanha se ponha em armas por sua conta (Liv. XXXVIII, 25), e Catão confessa que tem de recomeçar esta teia de Penélope (Liv. XXXIV, 13).

É incontestável que foi Amílcar o primeiro estrangeiro que sonhou com impor um jugo à Espanha, e que até então os povos, que

a ocupavam e procuraram nela uma pátria, haviam criado ali profundas raízes, tinham *patrios mores ritus que*, como diria o espanhol Indibilis (Liv. xxix, 1), uma civilização enfim (não diremos homogênea), que não queriam trocar pela dos invasores.

O que resulta igualmente do ensino da história é que o invasor encontrou a Espanha armada até aos dentes.

Os cronistas não queriam acreditar na inumerável quantidade de cidades, de que os triunfadores a diziam coalhada. Lívio, por exemplo, decide que as trezentas cidades, que 1. Graccho se gabava de ter tomado, não eram cidades; seriam torres, castelos (Liv. XLI, 4); grandes, ou pequenas, eram povoações muradas. Só na Espanha Citerior, por um estratagema tomado por Frontino, o cônsul Catão consegue que, num dia e à mesma hora, uma boa porção das quatrocentas cidades que ele subjugara, no dizer de Plutarco e outros, deitem abaixo os seus muros (Liv. XXXIV, 17); e estes muros eram tão sólidos, que mesmo por confissão de Lívio, "o exército que domara toda a Espanha" esteve a pique de marear a sua glória em face dos de Iiliturgis, com o grande Cipião à sua frente (Liv. XXVIII, 19).

Do *Veneris Templum a Nerium promontorium* as cidades fortificadas surdem sempre diante do invasor.

Nas vinte e quatro que Plínio conta na Gallæcia Bracaria, omitem-se sem dúvida alguma as povoações secundárias, sendo provável que o vocábulo *civitates* seja já tomado no seu sentido mais lato.

Ora este formidável estado de guerra não era filho dum plano de defesa contra o estrangeiro. Isso revelaria uma providência, uma unidade política, que com o génio belicoso e tenaz da Espanha a tornaria inconquistável. Precisamente a falta de união, e, como consequência, o desaproveitamento da sua força colossal, eram tão salientes que a ninguém escapavam (Estrab. XII. IV. 5. Flor. XI, 16).

Não, não é nas precauções contra uma invasão de sonhados estrangeiros que havemos de procurar a causa deste armamento geral: é noutra parte; e a lista dos factos que segue, e poderíamos multiplicar, põe-nos na mão, cremos nós, o fio do labirinto. As

querelas dos Saguntinos com os vizinhos são o motivo de ruína daqueles (Polib. III, 14); os Ilergetas pedem desesperadamente a Catão que os proteja contra as incursões dos vizinhos (Liv. XXXIV, IX); os Titos e Belos chegam a reclamar legiões permanentes, que os salvem das vinganças dos vizinhos (Polib. XXXV, 2); na Lusitânia os povos dos altos saqueiam as sementeiras dos povos da planície (Estrab. xxx, III, 5); Augusto ataca os Cantabros e Astures a pretexto das devastações que eles faziam nas terras dos vizinhos (Flor. IV, 12).

Em suma, entre algumas das tribos, que os antigos escritores nos dão com o nome de “populi”, haverá alianças de ocasião, mais ou menos sinceras; mas em geral não há entre todas elas laço algum, que as impeça de exercer sobre vizinhos e não vizinhos o *direito* da conquista em pequeno, e da pilhagem em grande — quem sabe quantas vezes instigadas pela fome!

Muito provavelmente a este estado de coisas não é estranha a diferença de raças, nem os ódios seculares entre os primeiros e segundos ocupantes do solo, de que ainda se lembrava a tradição recolhida por Diodoro (Diod. Sic. V, 33); mas não é preciso cavar tão fundo: entre povos do mesmo sangue guerreavam as mesmas paixões que impeliam os dois parentes, Orsua e Corbis, a decidir as suas dissensões à espada (Liv. XXVIII, 25), e os já mencionados Titos e Belos a pedir, em última instância, a ruína de seus irmãos (Polib. log. cit.).

No meio desta anarquia, é inevitável que estes povos, tão prontos no ataque, estejam preparados para a defesa, na previsão infalível de represálias sem tréguas, e daqui a necessidade de construir lugares de abrigo, onde possam refugiar-se, e disputar o que têm de caro e precioso à fúria dos inimigos, que os salteiem de improviso, e com forças tais que não possam ser batidos em campo aberto.

A multiplicidade das cidades ibéricas parece-nos não poder ter outra explicação.

Quando o estrangeiro chega, o espanhol, que, na frase de Justino, procurava inimigos em casa, se os não tinha fora, não se sobressalta.

Claro é que a perpétua hostilidade, em que vivera sempre com os povos circunstantes, havia de educar-lhe o génio naturalmente belicoso, desenvolvendo uma tática poderosa no ataque a descoberto e na emboscada na investida e especialmente na defesa das praças. Qualquer que fosse o nome do novo adversário, era um combatente, como outro qualquer, sem superioridade conhecida, nem na coragem e forças do corpo, nem na têmpera das armas<sup>1</sup>, e cujas tropas, ainda para mais, quase sempre se compunham na sua maioria, de soldados espanhóis, não poucas vezes guerreiros duma tribo, que vinha tirar a desforra duma derrota da véspera.

Por isso o espanhol não recusa combate em terreno nenhum. Se foi batido no campo, era isso um azar da guerra, “a que todos estavam sujeitos”, como em pleno Senado o sublinhavam os embaixadores dos Arevacos (Políb. XXXV, 2); faltando-lhe gente para lutar corpo a corpo, lá tinham o recinto dos seus muros, e, ao ouvi-los, dir-se-ia que dentro deles existia um paládio que os tornava invencíveis. Tal cidade manda dizer aos romanos que percam a ideia de a investir, porque têm provisões para dez anos (Front. III, IV, 2); tal outra avisa-os caritativamente de que nenhum exército pusera o pé no seu território, que não morresse miseravelmente (Diod. Sic. *Excerpti. Vatic.*, pág. 99); e as famosas defesas de Sagunto, Iiliturgis, Astapa, Numância, Calaguris e tantas outras, os testamentos que as coortes inteiras entendiam às vezes ser necessário fazer, antes de as atacar (Vel. Pat. II, 5), dizem que em verdade os habitantes das cidades ibéricas alguma razão tinham para confiar nas suas muralhas.

Mas é de prever que um conquistador, que sabe do seu ofício, como o filho da loba, não vai perder tempo a perseguir guerrilhas, que lhe fazem negaças do descampado, e atira direito ao alvo.

Bruto, por exemplo — diz Apiano —, invadindo a Lusitânia e a Gallæcia, vai direito às cidades.

Os historiadores da primeira invasão romana no Entre-Douro-

---

<sup>1</sup> “Sabe-se—diz Vegécio (I, I), que os espanhóis nos são superiores pelo número e pelas forças do corpo”. Por Políbio (VI, 23) vê-se que os romanos tinham adoptado as espadas ibéricas

e-Minho não falam de nenhuma medida violenta contra as cidades que Bruto expugnou, por mais duma vez (Ap. VI, 72). Deveria mesmo inferir-se que não foi com elas menos generoso, do que o fora na Lusitânia com a mais que rebelde Talabriga, que deixou inteira aos seus moradores. E lícito, porém, duvidai de tanta benignidade, dizendo-se que o fim do romano, passando o Douro, foi castigar os galegos, que haviam auxiliado os lusitanos (Paul. Oros. V, 5), e que era nas cidades que ele ia procurar, entre outros, os ferros brácaros, cujas mulheres combatiam ao lado dos homens, morrendo sem soltar um gemido, ou matando os próprios filhos e matando-se sobre eles, quando eram apanhadas vivas (Ap., log. cit.)

Nem esta magnanimidade entrava no plano do conquistador, nem, diga-se tudo, podia entrar com respeito àqueles povos que só queriam ser o que eram, e levavam a resistência até aos extremos da “demência cantábrica”. A tática de Catão era outra, e melhor: desmantelar as cidades. Como vimos, só num dia vieram a terra as muralhas de grande parte das que ficavam ao nascente do Ebro.

Deixar as cidades sem muros pareceu ainda pouco, e era: a posição de quase todas tornava-as defensáveis, mesmo sem fortificações ou com elas feitas à pressa. Assim a tática mais aperfeiçoada e radical era obrigar os povos dos altos a vir morrer nas planícies e lugares abertos. É o que se fez (só do que nos conta a história lacónica desses tempos) aos Arevacos de Termância (Ap., V, 99), aos habitantes do Hermínio (D. Cas., XXXVII, 52), em geral a todos os Lusitanos (Estrab., III, III, 5), aos Cantabros e Astures (Flor., IV, 12), certamente aos Galegos do norte (P. Oros., VI, II), e provavelmente aos do sul.

Esta medida implicava necessariamente a demolição completa das cidades abandonadas, sem o que os moradores delas, transplantados à força para sítios, onde lhes repugnava viver, facilmente achariam uma aberta para voltar ao velho abrigo, recomeçando as hostilidades.

E aí da cidade destruída! Uma ordem do Senado proibia a construção de cidades novas; e porque Segeda, que era uma cidade

velha, entendeu não contravir à ordem, reedificando os seus muros (Ap., VI, 44), o Senado fez um aditamento à lei, tornando a reedificação das cidades velhas dependente da sua autorização (Ap., ib.; Diod. Sic., XXXI, *Excerpt. Vatic.*, pág. 86-89). Imagina-se se tais autorizações seriam largamente concedidas.

De modo que as cidades, arrasadas nos cumes dos montes, ficavam condenadas a um miserando abandono, enquanto se não oferecessem condições favoráveis a uma restauração. Ora tais condições nunca se ofereceram. Com o fim da guerra cantábrica, “certa mox fides et aeterna pax”, diz Florus, e de facto a história não menciona na Espanha uma guerra digna de atenção, suposto não devessem faltar revoltas malogradas, principalmente na Astúria e na Gallæcia (Hübner, *Not. Arch. de Port.*, Ap. c).

Por vontade, ou sem da, os espanhóis foram-se habituando a uma vida nova, a ocupações pacíficas. As cidades dos altos, poupadas pelo vencedor, essas cidades sem preço nos tempos heróicos da independência, tornaram-se quase inúteis, e muitas delas, senão todas, deviam ser espontaneamente abandonadas pelos seus moradores, que naqueles sítios agrestes e desabridos, longe de todo o comércio, só tinham em perspectiva sacrifícios e privações, sem compensação alguma<sup>2</sup>.

Agora, nas ruínas que por aí temos, é possível reconhecer as construções que os antigos chamavam “civitates (no sentido estrito), oppida, castella, etc.”, e que tanto deram que fazer às legiões do povo rei?

Não há muito que respigar a este respeito nos velhos escritores, para os quais as coisas destes bárbaros, que Justino, Estrabão e outros chegam a gratificar com o epíteto de “bestas”, mereciam um absoluto desprezo. No entanto, algum esclarecimento, que lhes escapa, não deixa de ser favorável a uma identificação.

Sabemos, e isso positivamente, que quase todas as cidades da Península eram nas eminências; di-lo expressamente Hirtio (*De B. Hisp.*, 8). Esta posição, que as tornava difíceis de expugnar (*Id.*, *ib.*),

---

<sup>2</sup> Comp. Mommsen, ob. e log. cit.

dava-lhes de mais a vantagem de poderem entender-se por sinais com as cidades da mesma região, que lhes ficavam à vista, ainda que a distância. De noite estes sinais eram dados com “ignes” (Liv., XL, 47), palavra que não resistimos a traduzir por “fachos”, sem escrúpulo de admitir que os fachos, ainda em uso nos princípios deste século, têm, como muitas costumeiras e superstições nossas, uma origem pré-romana.

Quem, conhecendo a topografia das nossas cidades mortas, subir a uma delas, avista necessariamente o tope dos montes por onde jazem outras iguais, e compreende melhor a notícia que acima extraímos de Lívio, e que o extracto seguinte completa:

Os moradores de Cértima, sitiados por T. Graccho, declaram-lhe que não têm forças para combater com ele, mas que lhes deixe consultar os aliados sobre se querem unir a sua causa à deles, prometendo renderem-se, se aquele apoio lhes faltar — “sermo antiquae simplicitatis”— comenta o historiador. O romano consente; mas os aliados não vieram. Debalde os de Cértima acenderam fachos de noite, “como tinham combinado”; ninguém lhes responde (Liv., ib.).

E, já que subimos à montanha em busca de ruínas da velha cidade, é ocasião de examinar os muros “interlita luto, structurae antiquae genere” (Liv., XXI, II), e de inquirir o destino da última ordem de muralhas, cujo âmbito, descendo pela encosta, é sempre enorme relativamente à povoação que fica na coroa do monte.

Esta linha extensíssima de muros, abrangendo uma área de terreno, em que as construções faltam absolutamente, demandava, para ser defendida, um pessoal inumerável, que a povoação em si não podia fornecer, enquanto que os moradores dela, concentrando-se na cidade propriamente dita, facilmente guarneceriam os muros que a fortificavam.

É singular que Paulo Orósio, descrevendo Numância, se embarça com este mesmo enigma, sem o resolver definitivamente, como se já no seu tempo as cidades pré-romanas comesçassem a pertencer ao domínio da arqueologia.

Numância ficava numa eminência. Tinha um muro de três mil

passos de âmbito, que o historiador chama “*amplum spatium*”, em relação à cidade, “*arcem parvam*”. A pouca gente que a povoação comportava — observa ele, — se pretendesse guarnecer a muralha de três mil passos, mostraria, não querer defendê-la, mas entregá-la ao inimigo (P. Oros., V, 6). Assim suspeita ele que esta larga área murada serviria para abrigar os gados em tempo de guerra, ou era aproveitada para a agricultura em ocorrências difíceis (Id., ib.).

A primeira conjectura é a mais provável, a julgar pela aspereza e esterilidade das nossas Numâncias, e fácil é de compreender que ao primeiro rebate duma invasão a turbamulta dos habitantes dos arredores, recolhendo com os seus gados ao refúgio das cidades, multiplicavam os combatentes e defensores dos muros que lhos protegiam, que, ficando ao abandono, seriam logo escalados, tornando inteiramente inútil o trabalho gigantesco, empregado em tais construções.

Mesmas necessidades, mesmas invenções. Logan (*The Scottish Gael*, I, pág. 374-93), sem pensar decerto em Orósio, nem nas cidades ibéricas, encontra nos *towns* da Escócia a mesma disposição que o historiador espanhol encontrava em Numância, e qualquer observador pode verificar nas nossas ruínas, e não hesita em explicá-las, como o indicamos acima. O mesmo, Joyce (*The origin and history of irish names of places*), falando dos da Irlanda, onde o lugar de abrigo para os gados ainda hoje conserva o nome de *badhun* ou *badhbhdhun* (*bawn*) (pág. 307).

\*

Desta exposição de factos entendemos poder inferir o seguinte:

Antes da invasão da Espanha pelo estrangeiro, os povos que a habitavam tinham cidades suas e uma civilização própria;

Estas cidades, construídas em lugares quase inacessíveis, e valentemente muradas, não tiveram outro fim imediato senão a defesa dos seus moradores, dos habitantes dos campos convizinhos e seus

gados, contra populações ibéricas, e nomeadamente contra inimigos de ao pé da porta;

Nestas lutas encarniçadas não poucas cidades deviam ser arrasadas, sem poderem mais ressurgir;

No decurso da conquista, é principalmente nas cidades que a “demência” dos “bárbaros”, que furtam o pescoço à escravidão, acusa sintomas deveras perigosos para as legiões<sup>3</sup> (I) e para o progresso da *pacificação* da Península; e o que Cipião, o Grande, faz por vingança a Iliturgis, que deixa “solo aequata”, a demolição das cidades, converte-se numa medida política, indispensável para quebrar em pedaços o talismã dos fanáticos incorrigíveis, que, vendo intacto o seu berço e dos seus heróicos avoengos, podiam, como Catão o farejou em Cartago (Plut. *Cat.*), sonhar uma restauração do passado;

Depois da conquista, muita cidade que pela sua submissão escapara ao camartelo do conquistador, cairia por si mesma, erma de habitantes, aos quais o “novum seculum et ordo” devia tornar insuportável a vida nos píncaros selvagens e desconfortáveis dos montes.

Aqui está o que basta para juncar de ruínas as nossas montanhas. - Acrescente-se que quase todas, por isso mesmo que ficam longe do arado e da cultura, se conservam, a bem dizer, intactas.

No meio de tanta ruïnaria, não é de esperar que possamos encontrar vestígios de povoações, onde a influência romana seja quase nula, outras em que ela falte absolutamente?

Dir-se-á que isto é tarefa de alvião, e não de dissertação de gabinete; e -mais que verdade; mas o que intentámos demonstrar foi que as dissertações de gabinete também precisam de alvião, para cavarem um pouco mais na história, dando-nos opiniões, menos em desarmonia com ela.

---

<sup>3</sup> Augusto tomou contra os Cântabros e Astures as medidas que vimos “fiduciam montium timens” (Flor. IV, 12).



**casadesarmento**  
centro de estudos do património

Guimarães, 78.